

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.956 - PR (2019/0165584-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CARLOS DONIZETI DE ARAUJO
ADVOGADO : GIOVANI PIRES DE MACEDO - PR022675
AGRAVADO : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
ADVOGADOS : NEWTON DORNELES SARATT - PR038023A
FERNANDO AUGUSTO OGURA - PR038205
ROGÉRIO PIRES MORAES - PR066049

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS E LIMINAR, SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDENCIA, CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL CELEBRADO EM 14 DE MARÇO DE 2008. 1. AGRAVO RETIDO. ÔNUS FINANCEIRO DA PROVA QUANTO AO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. PROVA QUE NÃO FOI EFETIVAMENTE PRODUZIDA.

AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. 2. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. POSSIBILIDADE, DIANTE DA AUSÊNCIA DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS PELO DEVEDOR. AFASTAMENTO DA MULTA DIARIA IMPOSTA. RESP. 1.061.530/RS. 3. TEC. TARIFA NÃO CONTRATADA. ARTIGO 485, VI E § 3º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO NÃO CONHECIDO NESTE PONTO. 4. REVISÃO CONTRATUAL E APLICABILIDADE DO CDC, NA EXISTÊNCIA DE POSSÍVEL ABUSIVIDADE DAS CLÁUSULAS. SÚMULA 297 DO STJ. 5. JUROS REMUNERATÓRIOS.

ALEGADA IRREGULAR CAPITALIZAÇÃO.

INOCORRÊNCIA. CONTRATO COM PARCELAS PREFIXADAS. JUROS NÃO PACTUADOS. 6. TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO. CONTRATO ANTERIOR À RESOLUÇÃO Nº 3.518/2007. RESP.1.251.331/RS.

LEGALIDADE DA COBRANÇA. 7. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CABIMENTO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES COBRADOS A MAIOR. 8. READEQUAÇÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSO CONHECIDO PARCIALMENTE

Superior Tribunal de Justiça

E, NA PARTE CONHECIDA PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente fundamenta pelo afastamento da capitalização mensal de juros, ante a ausência de sua pactuação expressa.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 373/377).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Da análise dos autos, verifica-se que a discussão a respeito da ausência de pactuação expressa apta a afastar a capitalização mensal de juros não foi objeto de exame pela instância ordinária, e sequer foram opostos embargos de declaração na origem para suprir eventual omissão sobre esse aspecto, o que torna inviável sua análise, pois ausente o requisito indispensável do prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública. Incidem, na hipótese, os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Em relação ao artigo 396 do Código Civil, incidem os enunciados das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto a matéria contida em tal dispositivo não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. A despeito de o insurgente afirmar não ter manejado o reclamo com base na alínea "c" do permissivo constitucional, em uma simples leitura da folha de apresentação do recurso especial depreende-se que o apelo foi interposto com fundamento "nas alíneas 'a' e 'c' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República". Assim, não tendo a parte logrado comprovar o referido dissenso jurisprudencial, adequada a monocrática que não conheceu do recurso no ponto.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.112.475/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI,

Superior Tribunal de Justiça

QUARTA TURMA, julgado em 19.10.2017, DJe 25.10.2017).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo e eventual concessão de gratuidade judiciária.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

